

CRÉDITO CONSIGNADO E ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

PAYROLL LOAN AND INDEBTEDNESS OF PUBLIC SERVANTS OF BRAZIL'S FEDERAL DISTRICT

Ronei Mendes Pereira

Mestre em Gestão Pública – Universidade de Brasília – UnB

E-mail: roneimp@gmail.com

Celso Vila Nova de Souza Júnior

Doutor em Economia – Universidade de Brasília – UnB

Professor do Mestrado em Gestão Pública - PPGP

E-mail: celso.vilanova@gmail.com

Guilherme Campos Gonçalves

Mestrando em Gestão Pública – Universidade de Brasília - UnB

E-mail: guilhermecamposg@gmail.com

Alexandre Nascimento de Almeida

Doutor em Engenharia Florestal – Universidade Federal do Paraná

Professor do Mestrado em Gestão Pública - PPGP

E-mail: alexalmeida@unb.br

André Nunes

Doutor em Economia – Universidade de Brasília – UnB

Professor do Mestrado em Gestão Pública – PPGP

E-mail: andrenunes@unb.br

Recebido em: 18/03/2020

Aprovado em 26/07/2020

Resumo

A estabilização econômica e inflacionária a partir do Plano Real, acrescida de programas de geração de emprego e renda, mudaram paradigmas em termos de consumo e acesso ao crédito pelo brasileiro. A evolução da regulamentação do setor bancário e suas inovações desmistificaram parte dos produtos financeiros e permitiram a criação de soluções mais atrativas para o consumidor, como o empréstimo consignado. Este, voltado em sua maioria para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, é caracterizado por taxas de juros acessíveis e prazos de pagamento mais flexíveis, sendo considerado um importante instrumento financeiro para antecipação do consumo. O acesso ao crédito no Brasil não veio acompanhado de educação financeira, ocasionando um crescente grau de endividamento e inadimplência. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo fornecer um panorama do endividamento dos servidores da SEEDF com o uso do empréstimo consignado no triênio 2016 – 2018, para subsidiar oportunidades na implementação de programas e ações de incentivo à educação financeira

e ao uso consciente do crédito. Os principais achados indicam aparente homogeneidade na propensão à tomada do crédito consignado entre servidores ativos e inativos, bem como entre homens e mulheres vinculados ao órgão. Quanto a evolução dos montantes consignados, o ano de 2018 mostrou forte queda nos números, contrariando a curva ascendente continuada dessa modalidade de financiamento. A partir dessa análise, e à luz do referencial teórico apresentado, sugere-se como solução para a disseminação da educação financeira e potencialização do uso consciente do crédito a adoção de capacitações e programas na instituição.

Palavras-Chave: endividamento, crédito consignado, educação financeira.

Abstract

The economic and price stability achieved since Plano Real, combined with the generation of employment and income, has shifted paradigms in terms of consumption and access to credit in Brazil. Innovation and the development of regulation in the banking sector, have demystified part of the financial products and allowed the creation of more appealing solutions, such as payroll loans. This kind of loan, mostly aimed at public servants and INSS retirees and pensioners, is characterized by affordable interest rate and flexible payment dates and it's considered to be an important financial instrument for anticipation of consumption. Access to credit in Brazil was not followed by financial education, which led to an increasing degree of indebtedness and default. Within this perspective, the present study aims to provide an overview of indebtedness of SEEDF employees by means of payroll loan during the 2016 – 2018 triennium, in order to support the implementation of programs and actions on financial education and conscious use of credit. Important findings suggest an apparent homogeneity in the propensity to take payroll loans between active and inactive public servants, as well as amongst men and women linked to the SEEDF. As for the evolution of the payroll loans amounts, the year 2018 showed a significant decrease in numbers, in contradiction to the continued increasing curve of this type of financing. From this analysis, and in light of the theoretical framework presented, the adoption of training programs to foster financial education and enhance the consistent use of credit is suggested.

Keywords: indebtedness, payroll loan, financial education.

1. Introdução

A partir do advento do Plano Real, programa econômico instituído pela Medida Provisória 434/1994 (BRASIL, 1994) com o objetivo de estabilizar a economia brasileira, até então hiperinflacionária, a população passou a vivenciar novas oportunidades de acesso ao crédito. O país passou a observar a expansão dos bancos e financeiras com a oferta de novas formas de crédito, juros mais acessíveis, tecnologias e condições inovadoras, voltadas para uma população ávida por consumo.

Os bancos, que anteriormente lucravam sobre a inflação, comprometiam o acesso, sobretudo das pessoas físicas, a itens de primeira necessidade como propriedade, moradia e entretenimento. Já no novo cenário pós-Real, com expansão de crédito, estabilização da moeda, e controle inflacionário, especialmente as classes média e baixa da puderam, através da geração de renda, contribuir com o aumento geral do consumo (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013).

Nesse cenário, o crédito consignado instituído em 2003 para pessoas que recebem aposentadoria através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e servidores públicos ganha destaque, pois oferece taxas de juros reduzidas em relação às praticadas no mercado e estimula, ainda mais, a adesão ao crédito (BUAES, 2015). No contexto do funcionalismo público, alguns fatores como a estabilidade do trabalhador e, em alguns casos, salários maiores que a média nacional, atraíram a atenção das instituições financeiras, que passaram a oferecer juros cada vez mais baixos e prazos para pagamento cada vez mais altos a essa categoria profissional (COELHO; MELLO; FUNCHAL, 2012).

De outra parte, a ampliação do consumo e acesso ao crédito aparentemente não vieram acompanhados, no Brasil, por uma educação financeira que orientasse o comportamento de compra do consumidor, acelerando o endividamento e comprometendo, de modo importante, o orçamento das famílias (OCDE, 2005).

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama geral do endividamento dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) pela contratação do crédito consignado, entre os anos de 2016 a 2018, utilizando dados dos sistemas institucionais de processamento da folha de pagamentos, para subsidiar a criação de programas de educação financeira para servidores públicos da secretaria.

Esta pesquisa visa a contribuir com a literatura científica que aborda o endividamento dos servidores públicos a partir do crédito consignado e sobre o papel da educação financeira nessa dinâmica. O uso excessivo dos empréstimos consignados sem o adequado conhecimento financeiro pode impactar negativamente a vida pessoal e profissional dos servidores públicos, comprometendo sua qualidade de vida.

2. Referencial Teórico

2.1. A Economia Do Endividamento No Brasil

Segundo Palombo (2011), após o fracasso dos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor no controle de preços, juros e na economia, já era consenso que a estabilização dependeria de uma reforma monetária, assim como da desindexação e ataques a problemas fundamentais no que tange à questão fiscal. O Plano Real marcou uma nova etapa na economia brasileira, obtendo sucesso em reduzir e manter baixas as taxas de inflação.

Em consequência da estabilidade proporcionada pelo Plano Real, os bancos perderam as receitas das transferências inflacionárias e compensaram essa perda de renda pela expansão das operações de crédito. Por essa ótica, a estabilidade provocou mudança de comportamento no setor bancário, que passa a conceder um volume maior de crédito. Ou seja, após o Real a taxa de crescimento do crédito bancário teria de ser significativamente superior à taxa observada antes do Plano (SOARES, 2002).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e sua nova política econômica, no intervalo de tempo de 2004 a 2008, o país conseguiu atingir a taxa média de crescimento do PIB de 4,8%. Esse crescimento só foi interrompido em 2007, com a crise americana que rapidamente atingiu o mundo todo. Durante todo o mandato, Lula conseguiu manter a inflação dentro do intervalo de tolerância. Com o cenário positivo e o otimismo a respeito do futuro, a demanda por emprego se intensificava, se refletindo nos números da taxa de desemprego, que decresceu de 12% em 2002 para 7% em 2010. Além disso, vale ressaltar que o país passou por um processo de formalização da economia. A acumulação de reservas levou a uma redução da dívida externa líquida que há tempos nos incomodava (COSTA, 2014).

Com a ascensão de parte significativa de brasileiros na pirâmide de renda, ampliou-se a fronteira de consumo. Contudo, para a maior parcela da população, apesar do avanço da renda, o acesso a certos bens como automóvel e imóvel, por exemplo, somente seriam viáveis diante da oferta de crédito (TAKEDA; DAWID, 2013).

Nesse cenário as instituições financeiras se especializaram em conceder crédito e facilitar o acesso da população de menor renda ao consumo de bens duráveis e serviços dos mais variados tipos. O endividamento, portanto, advém da imposição das condições de juros e taxas fornecidas por tais instituições, bem como das restrições impostas no caso de inadimplência.

A partir do acesso facilitado ao crédito, concedido pelas instituições financeiras para boa parte dos brasileiros, desencadeou-se uma ampliação rápida no grau de endividamento da população, por vezes extrapolando a capacidade pagadora da pessoa física e comprometendo a qualidade de vida das famílias. O desconhecimento das potencialidades disponibilizadas pelo crédito, como compra fácil de um bem e o seu pagamento posteriormente, levou o usuário de crédito, principalmente de baixa renda, a uma situação financeira comprometedora (RICARDO; LARA, 2016).

Diante a inadimplência, Alves (2016) sustenta que, apesar do acesso facilitado que o uso do crédito possibilita para a aquisição de bens e serviços, nota-se uma discrepância na representação da oferta de crédito, que propicia a inclusão do indivíduo no mercado ao mesmo tempo em que leva ao endividamento, causado pelo consumo desenfreado, e acaba por excluir o mesmo indivíduo e sua família da sociedade de consumo (KOTLER; KELLER, 2006).

2.2. Endividamento com crédito consignado no serviço público brasileiro

A Lei 8112/90 e o Decreto 8.690/2016 regulamentam o desconto em folha do crédito consignado entre os servidores federais. Já os militares, servidores do legislativo, do judiciário e outras categorias do serviço público estadual e municipal apresentam regulamentações próprias (BCB, 2018). Atualmente, os servidores públicos podem comprometer até 35% da remuneração com empréstimos com desconto em folha.

Os servidores públicos, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, já deviam R\$ 180,2 bilhões aos bancos na modalidade de crédito consignado, de acordo com dados do Banco Central do Brasil (2018). Assim, em média, os membros da administração pública contratam, diariamente, R\$ 26,8 milhões em financiamentos com desconto em folha e devem, em média, R\$ 15,7 mil cada um.

Comparado ao setor privado, servidores públicos devem quase 10 vezes mais que os empregados assalariados – esses com um saldo de R\$ 19 bilhões em empréstimos consignados com instituições financeiras. Nos cinco primeiros meses do ano de 2018, empregados com carteira assinada tomaram R\$ 602 milhões em operações desse tipo, uma média diária de R\$ 3,9 milhões, ou quase sete vezes menos que o contratado por funcionários públicos (TEMÓTEO, 2018). Dentre os principais atrativos da contratação desse tipo de financiamento pelos servidores públicos destacam-se as taxas de juros ofertadas.

Mais especificamente no caso do servidor público, Cavalcante (2017) destaca que o endividamento decorre da facilidade em acessar os meios de obtenção de crédito – já que, para as instituições financeiras, o emprego público é sinal de garantia de renda, levando os riscos de inadimplência a menores patamares. Isso impacta nos hábitos de consumo desses indivíduos, elevando o grau de endividamento e o tempo de comprometimento da renda com o pagamento de dívidas. Corroborando essa teoria, Souza (2015) relata que a facilidade de obtenção de

créditos pelos servidores públicos os leva a um nível de endividamento superior, gerando inadimplência e comprometendo outros aspectos de sua renda.

3. Metodologia

A pesquisa utiliza-se de uma abordagem quantitativa, de caráter objetivo, focalizado e estruturado. Baseada em dados quantitativos e técnicas de análise dedutivas, a pesquisa encontra-se orientada pelos resultados encontrados a partir dos dados colhidos no *locus* de pesquisa (MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

Quanto aos meios e à finalidade, o estudo caracteriza-se como pesquisa de campo, pois, de acordo com Vergara (2009), procura expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Para a coleta de dados foram utilizadas a análise documental, com dados oficiais obtidos junto à área de Gestão de Pessoas da SEEDF.

De acordo com a estratégia, a pesquisa adota o estudo de caso único, centrado nos servidores públicos da SEEDF que possuíam, entre os anos de 2016 a 2018, quaisquer empréstimos consignados em folha de pagamentos. Tal escolha privilegia o entendimento de Yin (2009) quanto a investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo, em profundidade e em seu contexto de vida real, com rigor metodológico no que se refere à descoberta de evidências.

Quanto às categorias funcionais, os servidores da SEEDF estão agrupados em 6 categorias: Técnicos, Porteiros, Professores, Secretários, Pedagogos e Monitores, sendo que os professores representem cerca de 87% dos postos de trabalho em atividade na secretaria.

Os dados da pesquisa foram acessados com autorização da SEEDF pela Gerência de Sistematização e Análise de Informações para a Gestão (GSAIG), subordinada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas do Distrito Federal, com auxílio do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), e disponibilizados para esta pesquisa através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Os dados foram levantados visando identificar o nível de acesso dos servidores da SEEDF ao crédito consignado e seu grau de endividamento com essa modalidade de financiamento. Em seguida, para realizar a análise descritiva, os dados foram organizados a fim de que as informações quanto ao endividamento dos servidores pela contratação do crédito

consignado fossem estratificadas por gênero; categoria funcional; e montante de valores consignados entre 2016 a 2018.

4. Resultados e Discussões

Em um primeiro momento, o estudo do endividamento com crédito consignado entre os servidores da SEEDF requer o levantamento de um panorama geral desses servidores, a fim de que se possa sistematizar o endividamento entre essa classe de trabalhadores. Assim, foram analisados dados entre 2016 e 2018 no que tange à consignação, tendo como resultados gerais as Tabelas 1 e 2 apresentadas a seguir.

Tabela 1: Evolução do empréstimo consignado entre servidores ativos da SEEDF – triênio 2016-2018

		ATIVOS								
		2016			2017			2018		
		EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		
		COM		SEM	COM		SEM	COM		SEM
		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR	
FEMININO	SERVIDORES GERAIS	493	R\$ 399.221,17	306	493	R\$ 414.829,08	203	499	R\$ 256.102,46	104
	PORTEIROS	215	R\$ 173.118,96	157	221	R\$ 182.235,91	101	218	R\$ 112.617,63	75
	MONITORES	128	R\$ 102.343,44	130	131	R\$ 109.326,97	121	131	R\$ 76.255,61	131
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	569	R\$ 605.269,72	433	582	R\$ 639.414,65	362	568	R\$ 379.069,94	444
	DOCENTES	11957	R\$ 14.897.161,14	9090	12094	R\$ 15.678.159,65	7767	12148	R\$ 9.243.221,21	7701
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	395	R\$ 456.162,35	277	394	R\$ 458.179,68	259	387	R\$ 269.128,04	273
MASCULINO	SERVIDORES GERAIS	14	R\$ 10.303,50	7	14	R\$ 12.095,18	5	13	R\$ 9.846,40	5
	PORTEIROS	91	R\$ 74.510,40	39	91	R\$ 81.060,86	29	87	R\$ 45.393,54	21
	MONITORES	140	R\$ 114.222,73	90	133	R\$ 115.445,72	93	132	R\$ 74.539,11	91
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	463	R\$ 479.806,41	299	466	R\$ 490.774,28	255	465	R\$ 291.638,01	323
	DOCENTES	3667	R\$ 4.160.436,65	3126	3692	R\$ 4.382.353,79	2948	3678	R\$ 2.839.038,70	2989
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	24	R\$ 27.571,07	23	28	R\$ 33.315,83	17	31	R\$ 20.634,17	18

Fonte: SIGRH/GSAIG/DISER. Elaborado pelo autor.

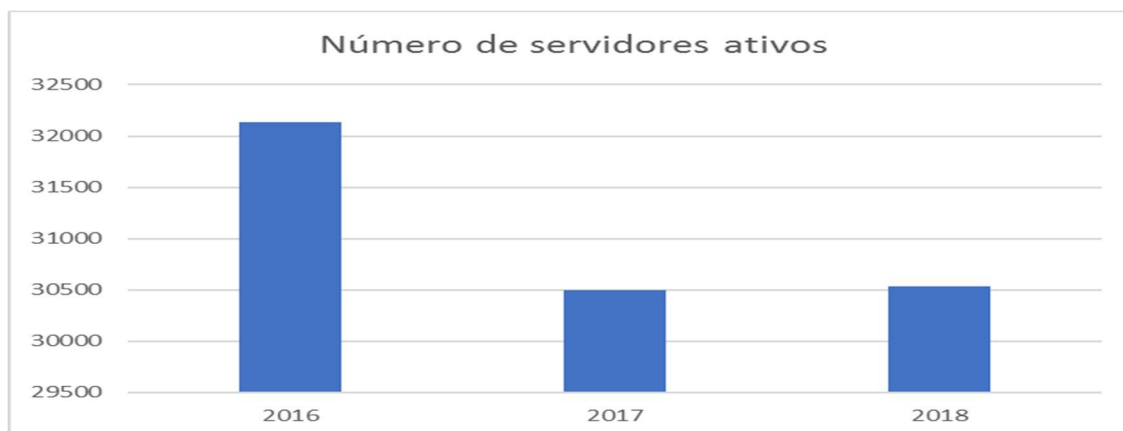
Tabela 2: Evolução do empréstimo consignado entre servidores inativos da SEEDF – triênio 2016-2018

		INATIVOS								
		2016			2017			2018		
		EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		
		COM		SEM	COM		SEM	COM		SEM
		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR	
FEMININO	SERVIDORES GERAIS	689	R\$ 497.304,90	81	680	R\$ 498.652,95	174	665	R\$ 302.777,45	270
	PORTEIROS	665	R\$ 464.731,05	286	654	R\$ 471.539,81	324	634	R\$ 266.390,02	354
	MONITORES	0	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00		0	R\$ 0,00	0
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	407	R\$ 430.942,64	146	398	R\$ 433.258,37	198	395	R\$ 250.830,39	232
	DOCENTES	8075	R\$ 11.021.631,27	5765	7980	R\$ 11.324.910,94	6966	7750	R\$ 6.409.570,31	8112
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	169	R\$ 183.416,63	125	169	R\$ 194.235,07	139	160	R\$ 121.502,25	167
MASCULINO	SERVIDORES GERAIS	19	R\$ 13.754,10	7	20	R\$ 16.197,02	5	20	R\$ 8.473,46	5
	PORTEIROS	107	R\$ 84.291,70	44	109	R\$ 85.726,17	46	100	R\$ 46.626,46	57
	MONITORES	1	R\$ 581,00	2	0	R\$ 0,00	3	0	R\$ 0,00	4
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	176	R\$ 173.716,68	41	183	R\$ 193.040,32	68	184	R\$ 109.973,44	87
	DOCENTES	1104	R\$ 1.450.752,45	1127	1095	R\$ 1.480.678,35	1306	1061	R\$ 879.736,89	1442
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	11	R\$ 9.744,99	8	7	R\$ 3.657,77	12	8	R\$ 46.626,46	11

Fonte: SIGRH/GSAIG/DISER. Elaborado pelo autor.

Quanto a evolução do quadro de pessoal, nota-se a partir dos Gráficos 1 e 2 que houve uma diminuição do número de servidores ativos da SEEDF no período considerado em razão de aposentadorias, sem que se verificasse reposição no quadro de funcionários da Secretaria. Ao final do triênio temos, portanto, um total de 30532 servidores ativos para 21718 inativos.

Gráfico 1: Evolução do quadro de pessoal ativo na SEEDF no triênio 2016-2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Quanto a evolução dos montantes consignados, é possível perceber nos 2 grupos, uma leve ampliação do crédito entre 2016 e 2017, acompanhada de queda em 2018, encerrando o período com um volume de R\$ 22.062.009,95 em descontos em folha dos servidores (ativos e inativos) da SEEDF. O Gráfico 3, a seguir, apresenta esse panorama:

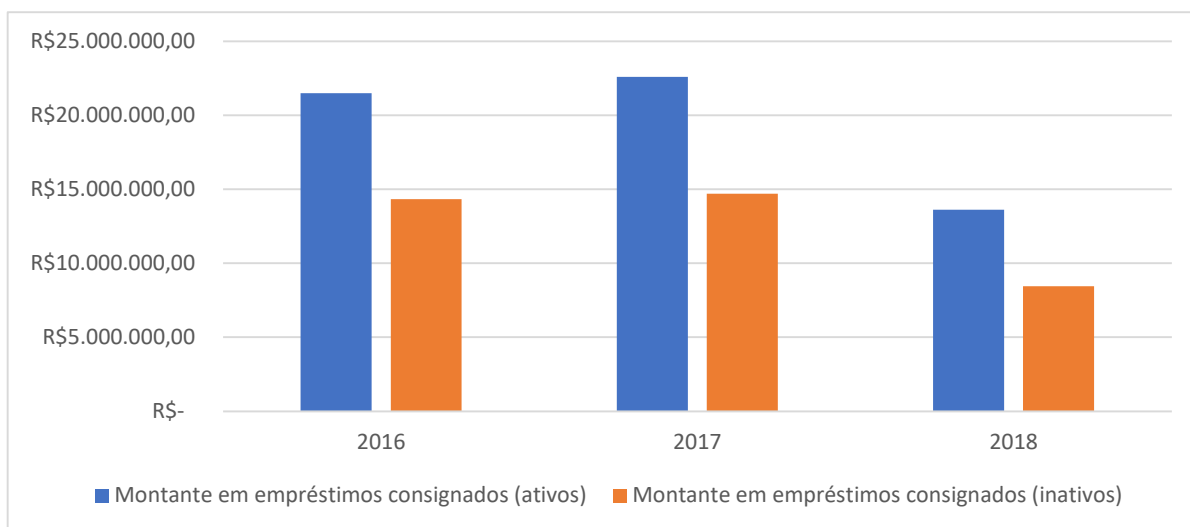
Gráfico 2: Evolução do quadro de pessoal inativo na SEEDF no triênio 2016-2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

A redução do montante de consignados em 2018 pode ser explicado, em parte, pelo momento de turbulência política e incerteza econômica no país, que saía de um governo de transição pós-*impeachment* para uma eleição direta de forte polarização. Consoante a isso, em dezembro de 2018 a Instrução Normativa 100/INSS (BRASIL, 2018) altera as regras do empréstimo consignado vigentes há 10 anos, instituindo, entre outros, uma ampliação na margem consignável dos antigos 30% para 35% do rendimento bruto do servidor – sendo esses 5% de aumento reservados ao cartão de crédito consignado.

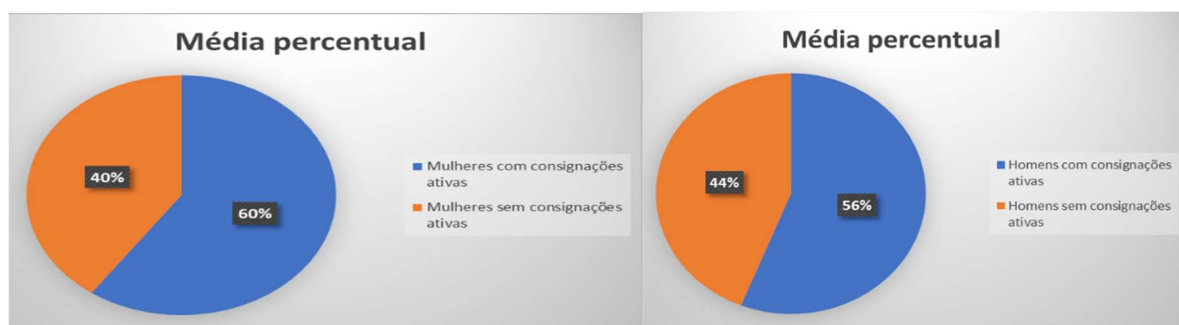
Gráfico 3: Evolução dos montantes consignados na SEEDF no triênio 2016-2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Quanto ao gênero, destaca-se que as mulheres são maioria na SEEDF, ocupando atualmente cerca de 74% dos postos de trabalho existentes. Os dados apontam que homens e mulheres apresentaram comportamento de consumo bastante semelhante com relação a tomada de crédito consignado. Foi possível observar que a decisão por contratar o empréstimo consignado é mais frequente entre as mulheres, com leve predominância em relação aos homens como ilustra o Gráfico 4:

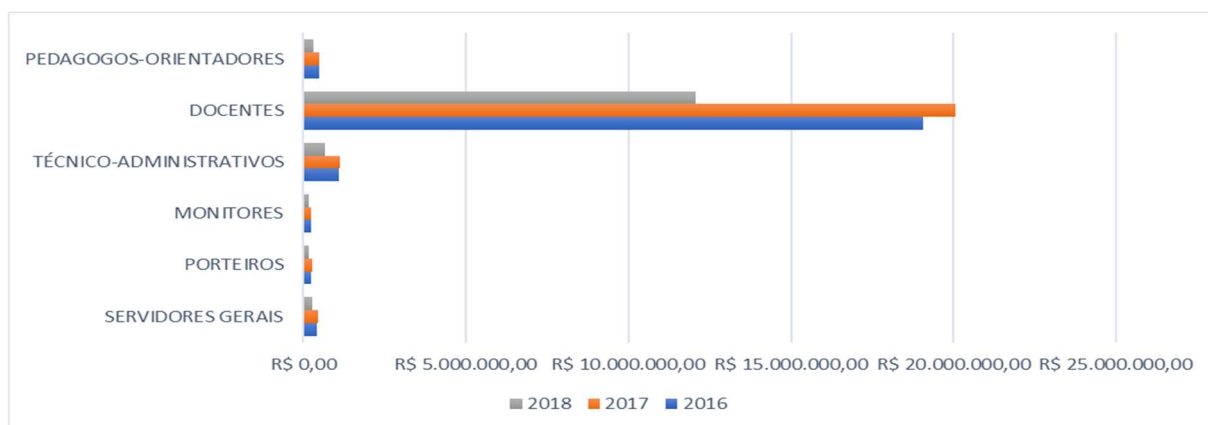
Gráfico 4: Decisão de consumo do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

O gráfico 5 ilustra o volume de crédito consignado contratado entre as diferentes categorias profissionais no âmbito da SEEDF, considerando servidores ativos. As colunas mostram uma predominância da categoria docente, ao longo do período considerado, com relação ao montante de crédito consignado, chegando à marca dos R\$ 20 milhões no ano de 2017. O volume de crédito consignado contratado pelos docentes da instituição indica que o nível de educação financeira não está, necessariamente, relacionado ao nível de instrução formal, uma vez que esses profissionais ocupam cargos de nível superior.

Gráfico 5: Evolução do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por categoria profissional:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Assim, em termos práticos, há que se considerar prioritariamente essa classe profissional ao planejar ações institucionais de treinamento e conscientização quanto a educação financeira e uso racional do crédito.

Do ponto de vista institucional, A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal possui caráter de ensino, de educação formal, de difusão do conhecimento. Desse modo, os servidores da classe docente exercem protagonismo e devem, portanto, ser alvo constante de capacitação e reciclagem – tanto em termos de conteúdos técnicos quanto comportamentais e de qualidade de vida, segmento esse onde a educação financeira se insere.

Nesse contexto, há que se considerar como um dos fatores de adesão ao crédito consignado o assédio das instituições financeiras, como descrito por Oliveira (2015), que veem nesses servidores um grupo que apresenta baixo risco de crédito, seja pela estabilidade no trabalho ou pelo nível de renda acima da média da população brasileira. De fato, Ricardo e Lara (2016) afirmam que, a partir da década de 2000, uma das modalidades de crédito que sofreu grande expansão foi justamente a do crédito consignado.

Surge o desafio de conscientizar para a educação financeira um público que vê sua instituição sofrer uma defasagem em termos funcionais bastante expressiva no último triênio, ocasionando dentre outros a sobrecarga de trabalho – motivadora de descontentamento psicológico e, por vezes, físico. Revisitando a categorização proposta pelo Banco Central do Brasil (2013), tal cenário alerta para um aprofundamento quanto a natureza do endividamento desses profissionais, notadamente ao que tange às despesas emergenciais (com saúde, por exemplo), agregada ao pouco conhecimento financeiro. Nesse último item, cabe ressaltar ainda as questões culturais macro da relação “pacífica” do brasileiro com o endividamento, assim como relatado no trabalho de Souza e Torralvo (2008).

Conclusões

A presente pesquisa, ancorada na literatura referente ao consumo, crédito consignado e educação financeira de modo geral, utilizou-se do estudo de caso realizado na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para contemplar as características do uso dessa modalidade de crédito entre os servidores ativos no triênio 2016-2018.

Quanto ao objetivo central do trabalho, os principais achados se concentraram, primeiramente, na questão da evolução do montante de crédito contratado. Na prática, a expansão do crédito consignado defendida por Souza (2015) não foi verificada, uma vez que os números auferidos demonstraram crescimento tímido nos dois primeiros anos, acompanhado de queda no último período.

Já quanto a questão de gênero, em termos relativos, não foi provada a existência de relação entre gênero e predisposição à contratação do crédito consignado entre os indivíduos contemplados pela pesquisa, sendo as mulheres timidamente mais frequentes na adesão por tal modalidade de financiamento.

O comparativo entre o comportamento de adesão ao crédito consignado entre servidores ativos e inativos revelou que os inativos aparentam maior cautela no uso do crédito, sendo os montantes contratados substancialmente menores que aqueles admitidos pelos servidores da ativa.

Finalmente, em termos de categoria funcional, a predisposição ao endividamento por consignação é maior entre o grupo docente. Tal cenário apresenta-se, por um lado, como oportunidade para desenvolvimento de ações institucionais voltadas à educação financeira e uso consciente do crédito, e por outro como desafio ao aprofundamento dessas informações, a partir de estudos qualitativos que revelem a natureza dos fatores que levam tais servidores ao contrato de consignação em folha.

Em um panorama geral, recomenda-se que a SEEDF aja institucionalmente promovendo programas e ações de conscientização e educação financeira contemplando toda a gama de servidores, porém com especial olhar para os docentes em atividade na organização.

Assim, faz-se necessário alertar para a necessidade de estimular a cultura do planejamento financeiro junto aos servidores públicos, a fim de que seja percebido o relativo empobrecimento da classe ao longo da carreira, considerando que os vencimentos sofrem defasagem por conta da inflação e do aumento do custo de vida. Além disso, os servidores, com o tempo, naturalmente tendem a aumentar seus gastos pessoais, contemplando a constituição familiar, moradia, saúde e educação dos filhos, dentre outros. Planejar-se e fazer uso moderado e consciente do crédito são, portanto, premissas fundamentais na qualidade de vida do servidor a longo prazo.

Referências

ALVES, H.H.S. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). UFRS, Porto Alegre, 2016.

ARIELY, D. **Previsivelmente irracional: como as situações do dia-a-dia influenciam as nossas decisões**. Tradução Jussara Simões. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimo consignado: características, acesso e uso**. Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (DEPEF), do Banco Central do Brasil. Contribuições de MOTTA, Eugênia. Série Cidadania Financeira, 2018. Disponível em https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf

BATISTA, V. Endividamento de servidor dispara. *Correio Braziliense*, Blog do Servidor, 19 jul. 2018. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/endividamento-de-servidor-dispara/>. Acesso em: 1º out. 2018.

BERNARDES, A.C.B.; REIS, B.T.C.V.; HORITA, R.Y. **Administrando a inadimplência em tempo de crise**. São Paulo. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Previdência Social. Resolução nº 1.324, de 25 de Set de 2014. Eleva o prazo máximo de pagamento de empréstimos e cartões de crédito. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1. p. 33.

BRASIL. Medida provisória nº 681, de 10 de Jul de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 Ago 2015. Seção 1, p. 30.

BUAES, C.S. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. Caroline Stumpf Buaes, Denise Comerlato, Johannes Doll – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 87 p.

_____. Educação financeira com idosos em um contexto popular. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, Jan/Mar 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

CAVALCANTE, D.H.D. **Análise do perfil de endividamento de servidores públicos: um estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

CHISHTI, S.; BARBERIS, J. **A revolução fintech: o manual das startups financeiras**. Alta Books, 2017.

COELHO, C.A.; MELLO, J.M.P.; FUNCHAL, B. The brazilian payroll lending experience, **The Review of Economics and Statistics**. V. 94(4): 925–934, November 2012.

COSTA, F.S. F.A. **Classe média no brasil: crescimento e vulnerabilidade**. 2014. 32p. (Monografia em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

DAHR, V.; STEIN, R. FinTech platforms and strategy. **MIT Sloan Research Paper**. Nº 5183-16, MIT, Massachussets, 15 agosto de 2017.

FARIA, E. **Credit fintechs and financial intermediaries: a comparative analysis of efficiency**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

GALEANO, E.V.; FEIJÓ, C. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um Painel de Dados Regionais para a Economia Brasileira nos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 43, nº 02, Abr-Jun 2012.

GUIMARÃES, D; JÚNIOR, G.B. Impacto do ciclo expansionista de crédito a pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista do BNDES** 43, junho 2015.

HEMAIS, M.W; CASOTTI, L.M.; ROCHA, E.P.G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **Rev. Adm. Empresas**. São Paulo. v. 53, n. 2, p. 199-207, Apr. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11/04/20.

HENNIGEN, I. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super) endividamento do consumidor. In: VI Encontro Nacional de estudos do consumo, **II Encontro Luso-brasileiro de Estudos do Consumo**. Rio de Janeiro, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEÃO, A. P. C; FERNANDES, R. de A; MARTINS, M. M. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores (a)s públicos (a)s federais em Pernambuco. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. V. 27, n.2, p. 152-174. Viçosa, 2016.

MARTINS, G.; THEOPHILO, C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Pearson, 2009.

OLIVEIRA, G.C. **Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma instituição federal de ensino**. 2015, 107 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo ES, 2015.

OLIVEIRA, G.S. *et al.* **Fintech** serviços financeiros: uma abordagem de serviços 4.0. XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD. **Anais...** São Paulo/SP, Out, 2019.

PAULA, L. F. R. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, n.1, p. 87-116, 1998.

PALOMBO, P. E. M. Fatores determinantes da trajetória do consumo no Brasil pós plano real. 2011. XIV SemeAd: Seminários em Administração. **Anais...** São Paulo, Out 2011.

MATTA, R.O.B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RICARDO, R.F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**. V. 1, p. 340-359, 2016.

ROCHA, A.; SILVA, J.F. (org). **Consumo da base da pirâmide: estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 41- 1121, Nov/Dez, 2007.

SILVA, R.L; OLIVEIRA, J.A.; SILVA, M.A.A; NASCIMENTO, G.B.N. Educação financeira como influenciadora de decisões. V Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Pernambuco, 2018.

SOARES, P.R. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. planejamento e políticas públicas. **Revista IPEA PPP**, n. 25: jun./dez. 2002.

SOUSA, A.F.; TORRAVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUZA, D.R. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação da UNB**. Brasília, 2015. 87p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, 2015.

VERGARA, S.; BRANCO, P. **Empresa humanizada: a organização necessária e possível**. Ed. ERA, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 20-30. 2001.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, E.G.F. **Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional**. Dissertação (Mestrado). Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais. Belo Horizonte, 2012.

TAKEDA, T.; DAWID, P.E. Um estudo sobre comportamento de tomadores e ofertantes no mercado de crédito. **Banco Central do Brasil: Trabalhos para discussão**. Brasília, n° 338. Dezembro 2013 p. 1-29.

TEMÓTEO, A. Servidores públicos estão cada vez mais endividados. *Correio Braziliense*. 19/07/2018. Brasília. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia,695866/servidores-publicos-estao-cada-vez-mais-endividados.shtml> acessado em 10 de Jan de 2020.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.